A INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES: A RESISTÊNCIA NEGRA SOB PERSPECTIVA MARXISTA

THE INTEGRATION OF BLACKS IN CLASS SOCIETY: MARXIST PERSPECTIVE ON BLACK RESISTANCE

Daniel Antonio Coelho Silva[1]

Danilo Nunes de Carvalho[2]

RESUMO
Este artigo pretende analisar uma das obras mais importantes da Sociologia sobre o negro no Brasil: A Integração do Negro na Sociedade de Classes de Florestan Fernandes. A discussão abordará a especificamente as teses sobre o papel do negro no período escravista e na pós-abolição presentes no livro procurando ao mesmo tempo estabelecer um dialogo com as discussões contemporâneas sobre a história do negro no Brasil.
PALAVRAS-CHAVE: Negro; Resistência; Organização; História; Luta.

ABSTRACT
This study aims to examine one of the most important works of sociology of the black in Brazil: The integration of blacks in Class Society by Florestan Fernandes. The discussion will address specifically the arguments about the role of blacks during slavery and after abolition in the book while seeking to establish a dialogue with contemporary discussions about the history of blacks in Brazil.
KEYWORDS: Black; Resistance; Organization; History; Struggle.

1 – INTRODUÇÃO

A produção historiográfica e sociológica sobre o papel do negro no período escravocrata nas últimas décadas de certa maneira foi uma produção muito expressiva e variada principalmente no que se refere às conclusões teóricas produzidas sobre o assunto de vários intelectuais brasileiros.

Se em Gilberto Freyre observamos um dos principais teóricos do século XX que apontaram o caráter benevolente da escravidão, ou seja, foi um processo basicamente harmonioso e quase ausente de conflitos entre senhores e escravos. Em Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Jacob Gorender tem-se a

[1] Cursando Especialização em Administração Pública pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor da Rede Estadual de Educação. Currículo: http://lattes.cnpq.br/7153537921374199.

[2] Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia.

negação da tese freiryana e a afirmação contundente da estrema violência praticada pelo regime de produção escravista sobre os negros.

De maneira sucinta, pode-se dizer no plano teórico metodológico essas duas visões sobre a escravidão representaram o confronto entre a escola culturalista da antropologia de Franz Boas em que Freyre se apoiava e o método histórico dialético de Marx defendido por Florestan dentre outros.

A visão marxista que surge a partir da USP irá predominar após a década de 50 na produção intelectual brasileira particularmente nos estudos sobre o período escravista, como por exemplo, em publicações como A integração do negro na sociedade de classes de Florestan, O negro no Brasil Meridional de FHC e a obra O escravismo colonial de Gorender.

Este artigo irá analisar de maneira mais aprofundada a obra de Florestan Fernandes A Integração do Negro na Sociedade de Classes com o objetivo refletir sobre os limites teóricos desta obra, além dos aspectos que ainda são atuais na discussão acadêmica sobre as condições históricas e sociológicas da presença do negro no Brasil.

No sentido de demonstrar alguns equívocos teóricos da produção de Florestan sobre o negro será feita uma exposição de algumas das produções teóricas que indicaram novas interpretações sobre o tema, como por exemplo, Clovis Moura, Petrônio Domingues, Silvia Lara e Célia Maria Marinhos de Azevedo dentre outros, que possibilitaram a construção perspectivas teóricas que ampliaram as interpretações sobre o assunto. Assim como também os estudos de Eduardo Silva, João José Reis, Silvia Hunold Lara contribuíram para produzir análises que foram capazes de se contrapor as análises marxistas ortodoxas que afirmavam o caráter quase que absoluto da dominação dos senhores sobre os escravos desconsiderando em certa medida a capacidade de resistência dos negros escravizados.

2 – DESENVOLVIMENTO

A obra A Integração do negro na sociedade de classes de Florestan Fernandes cumpriu um papel fundamental ao desmistificar o caráter harmonioso da escravidão no Brasil. E ainda vai mais longe ao comprovar que mesmo após o fim do modo de produção escravista os negros continuaram marginalizados e sem condições objetivas de ascender socialmente na sociedade de classes que então se constituía no país.

Florestan conclui de forma muito clara e objetiva de que não existe democracia racial no Brasil e que isto não passa de uma ideologia que procura ocultar a face racista e da dominação de classes que é praticada pelas elites burguesas brasileiras. Nesse sentido é importante observar o que diz o próprio autor:

> A falsa consciência oculta a realidade e simplifica as coisas. Todo um complexo de privilégios de comportamento e valores de uma ordem social arcaica podia manter-se intacto, em proveito dos estratos dominantes da nação. As elites e as classes privilegiadas não precisavam levar a revolução social á esfera das relações sociais, na qual a democracia germinaria espontaneamente... (Fernandes, 2003) [3].

O mito da democracia racial então na ótica de Florestan[4] teve um papel de manutenção do Status quo e só começou a ser contestado a partir do momento em que os próprios negros alcançaram condições materiais e intelectuais de combaterem esta ideologia que não era apenas o pensamento das elites burguesas, mas também uma ideologia de Estado (Florestan, 2003).

Sob um prisma claramente marxista Florestan entendia que os negros enquanto sujeitos escravizados e sob um modo de produção pré - capitalista não tinham condições objetivas engendrarem uma luta que pudesse por em xeque a

[3] Este texto foi publicado originalmente no jornal Folha de S. Paulo dia 08 de junho de 1980 e republicado na Revista Espaço Acadêmico em julho de 2003 e está disponível em: www.espaçoacademico.com//026/26hbrasil. htm

[4] Gilberto Freyre na obra casa grande e Senzala lançada em 1933 fundamenta no plano acadêmico e político as bases para a construção de uma identidade nacional em que a principal característica é o convívio pacifico entre as várias raças. Fato que segundo o autor não se verificava em outras partes do mundo, como nos E.U. A, por exemplo.

sociedade escravista de seu tempo. E somente com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção capitalistas o seu protesto articulado com a consciência de classe teria condições de subverter a ordem capitalista vigente.

Dentro da perspectiva apontada acima o protesto do negro só teria força e legitimidade se articulado com a questão de classe, ou seja, do ponto de vista epistemológico não deveria se separar raça de classe na medida em que negros e brancos operários estariam sendo vitimas da dominação de classe capitalista. E, portanto Florestan afirma que:

> É preciso evitar o equivoco de "branco de elite", no qual caiu a primeira manifestação histórica do protesto negro. Nada de separar raça e classe. Na sociedade brasileira, as categorias raciais não, contêm em si e por si mesmas, uma potencialidade revolucionária. (...) Portanto, para ser ativada pelo negro e pelo mulato, a negação do mito da democracia racial no plano prático exige uma estratégia de luta política corajosa, pela qual a fusão de "raça" e "classe" regule a eclosão do Povo na história. (Fernandes, 2003)

Na luta de classes articulada juntamente com a luta contra as desigualdades raciais e que não somente Florestan, mas pensadores marxistas da atualidade como Ricardo Antunes pensa a possibilidade de superação da dominação de classes. E por isso é importante observar o discurso de Antunes:

> Ainda que impossibilitado de tematizar neste espaço as conexões entre raça e classe, bem como dos movimentos homossexuais, do movimento ecológico, parece-me necessário afirmar que as ações desses movimentos ganham muito mais visibilidade e força emancipadora quando estão articulados com a luta do trabalho contra o capital (Antunes, 1999, p.111).

A produção teórica de Florestan sobre a condição do negro é um trabalho sociológico de grande importância ainda nos dias atuais já que as propostas de políticas afirmativas levam em conta em grande parte a desconstrução do mito da democracia racial operada por Fernandes e os seus discípulos dentro da USP, porém ficam algumas questões a serem respondidas: quais limites da análise sociológica deste autor? Porque esta concepção considera que a resistência negra se deu apenas no século XX?

É interessante observar que dentro do esquema teórico-conceitual de Florestan, as condições objetivas para que o protesto negro aconteça se dão com o pleno desenvolvimento das forças produtivas e com isso a mentalidade tradicional

ao que o negro está submetido sofre um processo de superação e de adequação a ordem competitiva nesse sentido o autor no diz que:

> Penetramos, aqui, na área de incentivos e motivações sociais. Ao se reeducar para o sistema de trabalho livre, o "negro" repudia sua herança cultural rústica e o ônus que ela envolvia. Vence hábitos, avaliações e comprometimentos pré ou anticapitalistas. E descobre uma posição, que o nivela, material e socialmente, ao "branco". (Fernandes, 1978, pg-154).

O negro sob esta ótica tinha um déficit cultural com relação ao branco que já estava adaptado a nova ordem capitalista e que com o processo de industrialização crescimento das atividades urbanas estariam então criadas as condições para inclusão na sociedade "competitiva" dos indivíduos oriundos da raça negra.

Porém, a impressão que fica patente na fala de Florestan é a superioridade moral e cultural do branco sobre o negro, já que este último somente teria possibilidades de superação de sua condição de marginalizado se reeducasse de acordo com os padrões da nova configuração capitalista e, diga-se de passagem, dirigida e administrada pelos brancos.

A situação de marginalização do negro na visão de Florestan é um reflexo da permanência de características da ordem escravocrata pré-capitalista que ainda não foram eliminadas pela ordem capitalista competitiva brasileira, mas que devido ao processo de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção terão as condições objetivas para inclusão mão- de – obra negra no mercado de trabalho capitalista.

Ao mesmo tempo em que cria as condições para que o "protesto negro" promova a "segunda abolição" e a consolidação da sociedade de classes no Brasil, já que os negros ao se tornarem classe proletária juntamente com os trabalhadores brancos poderiam então lutar pela superação da dominação capitalista com muito mais condições de vitória e por isso Florestan afirma que:

> Cabe ás classes subalternas e as camadas populares revitalizar a República democrática, primeiro, para ajudarem a completar, em seguida, o ciclo da revolução interrompida, e por fim, colocarem o Brasil no fluxo das revoluções socialistas do século 20. O que sugere a complexidade do formoso destino que cabe ao negro na cena histórica e no vir a ser político. A revolução da qual ele foi motivo não se concluiu porque ele não se converteu em seu agente-e, por isso, não podia levá-la até o fim e até o

> fundo. Hoje a oportunidade ressurge e o enigma que nos fascina consiste em verificar que o negro poderá abraçar esse destino histórico, redimindo a sociedade que o escravizou e contribuindo para libertar a Nação que voltou às costas á sua desgraça coletiva e ao seu opróbrio. (Fernandes, 2003).

No plano ideológico um fator importante que atua no sentido de manter a marginalização do negro, apesar do estabelecimento da ordem competitiva capitalista de acordo com as argumentações teóricas presentes na obra A integração do negro na sociedade de classes (1978) é o chamado mito da democracia racial.

Mito que age no sentido de mascarar as condições os efeitos negativos da escravidão imposta sobre o negro na situação contemporânea. Com isso as elites dentro dessa ótica “não precisavam levar a revolução social a esfera das relações sociais” (Fernandes, 2003).

A afirmação de que a democracia racial no Brasil não é um fato que verifica na realidade é com certeza uma das mais importantes conclusões de Florestan e de seus seguidores da chamada escola paulista das relações raciais. Pois na medida em que combate às teses de Gilberto Freyre de harmonia racial que serviram tão bem as manipulações ideológicas do Estado novo e das elites dominantes da época demonstra através de pesquisas empíricas a condição de marginalização econômica, política e social dos negros e seus descendentes no Brasil.

A pesquisa realizada por Florestan e outros sociólogos foi realizada sob encomenda da UNESCO (Moura, 1988) [5] após a 2ª guerra mundial com o objetivo de verificar os porquês da chamada convivência pacifica entre as raças Brasil fato que era mundialmente divulgado pelas elites brasileiras, mas que ironicamente demonstrou resultados bem diferentes do que se esperavam. Já as condições econômicas e sociais dos negros eram muito inferiores a dos brancos, além da discriminação racial que era operada no mercado de trabalho e nos locais considerados de prestígio na sociedade.

[5] Segundo Clovis Moura após pesquisas patrocinadas pela UNESCO Floestan Fernandes, Roger Bastide, Otavio Ianni, Emilia Viotti da Costa, Jacob Gorender, Joel Rufino dos Santos, Carlos Halsenbalg dentre outros foi possível traçar um perfil dos problemas étnico emergentes, além de uma ampla revisão do passado escravista e do presente das populações negras no Brasil. MOURA Clovis, Sociologia do Negro Brasileiro, São Paulo, Editora Ática, 1988, p.31.

Com isso pode-se concluir de uma maneira preliminar os principais argumentos teóricos expostos por Florestan a respeito das condições do negro no século XX são os seguintes: a marginalização tem causas histórico–sociais que influenciaram diretamente na exclusão de negros e pardos da competição em condições iguais ao do branco na sociedade de classes. Estas causas se referem à permanência de certas características da economia escravista como o baixo desenvolvimento das forças produtivas e a permanência do modo de produção agrário exportador.

Nesse sentido a introdução do trabalho livre de forma predominante e legalmente admitida se deu no Brasil com a preservação de um dos principais pilares da antiga economia escravista: o modo de produção agrário-exportador. Aos negros dentro dessa perspectiva sobrou o papel de ser peças obsoletas dentro da nova ordem capitalistas sendo gradativamente substituídos pela "civilizada" mão –de – obra do branco europeu.

Para Florestan essas mudanças impactaram de forma contundente a consciência dos negros impedindo no plano objetivo a resistência organizada contra a marginalização imposta pela elite dominante do país, pelo menos até 1930 quando então começam a se criar as condições necessárias para que o "protesto negro" pudesse ter viabilidade histórica. E isso pode ser comprovado nas próprias palavras de Florestan:

> Enquanto a tragédia do "negro", entre 1890 e 1930, se explica pela incapacidade de ajustar-se ao estilo urbano de vida, as perspectivas atuais de superação daquele estado e de integração definitiva na sociedade de classes parecem se explicar por sua capacidade crescente de pensar a agir como um urbanita. (Fernandes, 1978, pg165-166).

O titulo da obra A Integração do Negro na sociedade de classes é ao mesmo tempo a principal tese que Florestan procura defender ao longo da obra, ou seja, para que o negro supere a sua condição de inferioridade é preciso que este se adapte as condições da sociedade competitiva superando sua antiga "herança cultural rústica" (Fernandes, 1978). Engrossando com isso a massa de proletários ou de sujeitos históricos da superação da exploração e da dominação de classes capitalista. E nesse sentido é importante observar esta fala do autor:

> Acresce que, entre 1939 e 1945, as oportunidades de emprego das populações nacionais aumentaram rapidamente em conexão com os influxos da II grande guerra na intensificação e na diferenciação de nossa produção industrial. Pela primeira vez, em nossa história econômica recente, o "negro" adquire possibilidades reais de fazer parte permanente do mercado trabalho livre. Nessas condições, abriram-se as vias que iriam inseri-lo na vida economicamente ativa da cidade. (Fernandes, 1978-pg 175-176).

De acordo então cm o raciocínio exposto acima o pleno desenvolvimento da industrialização e do mercado de trabalho desencadearia um processo capaz de superar as barreiras que o mercado impunha aos negros e aí consequentemente integrandos-os a lógica do trabalho da sociedade capitalista possibilitando assim o ingresso dos negros na classe operária. Porém essa visão é fortemente contestada por Carlos Halsenbalg que produz a seguinte reflexão:

> (...) Parece não haver razões imperativas para que a industrialização e o desenvolvimento capitalista devam eliminar a raça ou torna-la irrelevante enquanto critério que estrutura as relações sociais dentro do sistema produtivo. De fato, a modificação do significado de raça como critério de alocações de posições na estrutura de classes e estratificação social parece depender mais de fatores tais como mudanças no clima ideológico internacional, nível de mobilização política dos grupos racialmente subordinados e divisões dentro do grupo dominante branco quanto à questão racial e á política racial do que alguma lógica inerente ao industrialismo. (Domingues apud Hasenbalg,2004,p.111)

Analisando construção teórica de Florestan é preciso então colocar algumas questões já que do ponto de vista teórico - metodológico este autor segue com um rigor impressionante o método materialista-histórico-dialético e isso fica mais bem visualizado neste esquema:

Esquema Conceitual de Florestan	
Brasil séc.XIX e inicio séc.XX	**Europa: Idade Média-Modernidade**
Séc.XIX: pré.capitalista (Escravista)	Idade média: pré-capitalista (Feudal)
Trabalho escravo	Trabalho servil
Década de 30 do séc.XX: Enfraquecimento do poder das oligarquias, consolidação do capitalismo e desenvolvimento das forças produtivas (trabalho assalariado)	Era moderna: revolução industrial, desenvolvimento do capitalismo, estabelecimento da sociedade de classes (burguesia x operariado) , luta de classes
Burguesia x operariado + processo de	Revoluções socialistas: Experiências históricas

industrialização = possibilidade aberta da revolução socialista	de superação do capitalismo: Rússia, China etc.
Caminho histórico dialético do Brasil	**Caminho histórico dialético da Europa**
Trabalho escravo	Trabalho servil
Trabalho assalariado	Trabalho assalariado
Desenvolvimentos das forcas produtivas	Desenvolvimento das forças produtivas
Acirramento da luta de classes	Acirramento da luta de classes
Superação do capitalismo e da sociedade de classes	Superação do capitalismo e da sociedade de classes

Em linhas gerais esta é a argumentação teórica que direciona o pensamento de Florestan e também dos seus discípulos da chamada escola paulistas das relações raciais (Moura, 1988), porém o que pretendo discutir neste projeto são os limites teóricos desta produção e suas implicações no pensamento acadêmico contemporâneo.

A primeira crítica que se pode fazer com relação ao pensamento de Florestan é a de tentar encaixar numa forma teórica - conceitual marxista o processo histórico de formação do Brasil na análise materialista histórico dialético que Marx produziu sobre o processo de consolidação do capitalismo na Europa.

O efeito mais visível é o de comparar o período escravocrata brasileiro ao modo de produção feudal européia no sentido de concluir que estes períodos históricos seriam etapas anteriores à consolidação do capitalismo nessas sociedades (Domingues, 1996). Esta visão teórica, portanto, considera períodos e contextos diferentes como fenômeno e fatos semelhantes ao mesmo tempo em que indicam a idéia de uma linha evolutiva da sociedade brasileira rumo ao capitalismo.

Ora, considerar a sociedade escravocrata no Brasil como um reflexo tardio da sociedade feudal européia é acreditar que existem sociedades atrasadas e adiantadas e que estão são pela ordem: pré-capitalistas e capitalistas restando então às nações pré-capitalistas romperem com a ideologia tradicionalista para alcançarem o pleno desenvolvimento capitalista.

Do ponto de vista teórico considero que a sociedade escravocrata brasileira particularmente no período dos séculos XVIII e XIX não era pré-capitalista

e sim o que havia no país era um capitalismo característico da divisão mundial do trabalho que relegava ao Brasil o papel de nação agro-exportadora baseada na mão de obra escrava e ao mesmo tempo importadora de produtos manufaturados.

Durante mais de dois séculos o modo de produção escravista na América latina não foi incompatível com o desenvolvimento das forcas produtivas na Europa pelo contrário durante o domínio colonial e mesmo após o fim desse período propiciou a chamada acumulação primitiva de capitais que impulsionou o pleno desenvolvimento da revolução industrial e consequentemente do sistema capitalista (Marx, 1978).

Dentro da visão teórica de Florestan o negro não tinha condições materiais e psíquicas de engendrar um protesto dentro dos moldes da ordem escravocrata que fosse capaz de oferecer uma luta que tivesse condições de solapar a dominação senhorial. Nesse sentido dentro de um referencial claramente marxista não havia no Brasil escravocrata os princípios fundamentais para superação da dominação de classes, já que a persistência de padrões tradicionalistas de dominação impedia no plano prático o pleno desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção capitalistas.

De acordo com os argumentos teóricos de Florestan a abolição da escravidão se deu muito mais por causa da incompatibilidade do modo de produção escravista com o desenvolvimento do mercado capitalista do que necessariamente pela luta dos escravizados contra a ordem econômica e social tradicional. E com isso este pensamento acaba por reforçar a visão de passividade e incapacidade do negro de organizar um protesto capaz de abalar a ordem senhorial, assim como também minimiza as fugas dos escravos, o assassinato de feitores e senhores e a formação de quilombos por quase todos os estados do Brasil.

O fim da escravidão como muito bem salientou Florestan não significou a integração do negro na nova configuração capitalista que se desenvolvia no inicio do século XX na sociedade brasileira, mas o seu contrário, a marginalização do negro em detrimento da mão-de-obra branca e de preferência européia considerada mais “adaptada” ao trabalho nos moldes da sociedade capitalista de classes. Porém essa melhor adaptação ao trabalho industrial do migrante europeu não correspondia

exatamente à realidade já que a grande parte destes indivíduos havia migrado de áreas rurais nos seus respectivos países.

Nesse sentido a explicação pela preferência pelo trabalhador europeu se explica muito mais pelo racismo contra o negro e pelo desprezo da mão de obra do trabalhador nacional do que pela melhor qualidade técnica e moral dos europeus e por isso Sheldon Maram afirma:

> (...) A marginalização do operário brasileiro não pode ser atribuída às diferenças culturais inatas entre nativos e estrangeiros, pois ambos usufruíram de características comuns. Ambos haviam migrado das zonas rurais para as cidades, lá chegando com um baixo nível de qualificação para o trabalho urbano. Os imigrantes italianos, portugueses e espanhóis também eram considerados ignorantes fatalisticos e retrógrados pelas elites de seus países. Entretanto, no Brasil, os empregadores viam os europeus do sul como gente trabalhadeira, ambiciosa, muito mais adaptável á vida urbana que o próprio brasileiro. (Domingues apud, Sharam, p.92).

Um fato interessante ao verificar na tese de Florestan é a crença na superioridade técnica e moral do trabalhador europeu e que processo de marginalização que o negro sofre dentro da sociedade de classes acontece porque este não conseguiu se ajustar as exigências e as técnicas do trabalho capitalista por causa da permanência valores culturais da ordem tradicionalista em suas consciências.

E isto só pode começar a ser superado se os negros romperem com esse estado de coisas e nesse sentido Florestan aponta que:

> Ao se reeducar para o sistema de trabalho livre, o “negro” repudia sua herança cultural rústica e o ônus que ela envolvia. Vence hábitos, avaliações e comportamentos pré-capitalistas ou anticapitalistas.E descobre um posição que o nivela, material e socialmente, ao “branco”-a que é oferecida por sua ocupação.(....) Ao mesmo tempo, a conquista de uma situação de classe real insere o “negro nas reivindicações de classe e nas pugnas ideológicas que dividem a sociedade. (Fernandes,1978, p. 154 - 155)

Uma tese que parece estar e maneira implícita no pensamento exposto acima é que a falta de uma ética capitalista é a principal causa da marginalização ao que negro está submetido e nesse sentido se aproxima muito mais de Weber do que de Marx (Gorender,1978)[6] e além do mais imputa aos sujeitos a culpa da não

[6] Gorender afirma que Fernando Henrique Cardoso na falta de um referencial teórico mais consiste para analisar a situação de classe no Brasil escravista se utiliza do aporte conceitual weberiano para

integração ao modo de produção capitalista. Na mesma direção historiador da Universidade Estadual do Oeste do Paraná Petrônio Domingues afirma o seguinte:

> Quanto ao impacto do racismo na exclusão dos negros do mercado de trabalho livre, Florestan Fernandes sustenta que a rejeição destes em São Paulo, na virada do século XIX para o século XX, era provocada não de forma decisiva pela ação do racismo, mas pela incapacidade dos negros e dos mulatos de "sentir, pensar e agir" como homens livres, ou seja, pelas deficiências dos filhos e dos netos de escravos em possuir as qualidades psicossociais e morais do "chefe de familia", do "trabalhador assalariado", do "espírito empreendedor", em suma, de possuir o pleno domínio das técnicas capitalistas. (Domingues, 2004, p.p 102-103)

Diante da crítica exposta acima, o que se pode concluir é que Domingues rejeita a explicação de Florestan, argumentando as práticas racistas atuaram de maneira decisiva para a exclusão social e econômica dos negros e por isso o autor faz o seguinte comentário:

> Quando enfocamos a dinâmica da inserção do negro na sociedade de classes na primeira república em São Paulo, aventamos a hipótese de que as práticas racistas discriminatórias e as desigualdades raciais plasmaram o processo de organização do trabalho livre, gerando o banimento dos negros das velhas relações de trabalho e impedindo-lhes o acesso ás novas oportunidades de emprego. (Domingues, 2004, p.106).

A tese do despreparo do negro para o mercado de trabalho foi sustentada não só por Florestan Fernandes, mas também por intelectuais do porte de Otavio Ianni, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso dentre outros. No sentido de contestar esta tese, Joel Rufino dos Santos e Lúcio Kowarick irão afirmar que a suposta superioridade técnica dos imigrantes europeus não era uma realidade como propagava setores das elites dominantes da época até mesmo porque na incipiente indústria as tarefas exigiam tarefas com baixo grau de especialização, por isso é importante observar o que afirma Kowarick:

> (...) A imensa maioria das tarefas industriais não exigia habilitação, pois as fábricas, desde seus primórdios, operavam máquinas que parcializavam os processos produtivos, necessitando á parte diminuto numero de funções técnicas especializadas, mão – de- obra que não precisava ter qualquer qualificação profissional. A utilização do braço estrangeiro na indústria paulista não decorreu da melhor qualificação do imigrante, que, por sinal, só excepcionalmente trazia alguma experiência profissional prévia (Kowarick,1987, p.18).

---

explicar a não integração do negro na sociedade de classes e de certa esta crítica também pode ser estendida às construções teóricas de Florestan Fernandes. (GORENDER, 1978, p.305)

Florestan ao elaborar a tese da inadequação do negro ao trabalho livre acaba no plano ideológico corroborando com o discurso colonizado das elites intelectuais e econômicas da primeira republicada que via no modelo de civilização europeu como o padrão a ser seguido (Azevedo, 1987). Ou seja, se por um lado aponta o caráter racista da sociedade de classes brasileira, de outro ideologicamente acredita, assim como as elites na superioridade técnica e moral dos imigrantes europeus.

Em fim uma última crítica que se pode fazer ao pensamento de Florestan é a respeito de sua visão sobre o papel do negro como sujeito histórico capaz de resistir à dominação, particularmente porque desconsidera a experiência de resistência dos negros como sujeitos durante o período escravocrata. E que em certo sentido contribuiu de forma decisiva para queda da economia escravista, e, portanto segundo Clovis Moura a atuação dos negros se também no sentido de resistir à exploração:

Durante a colônia e enquanto o regime escravista temos de destacar os grupos os grupos quilombolas que dominavam estradas e áreas territoriais ponderáveis, demonstravam um espírito de luta incomum e uma capacidade organizacional surpreendente. Esses grupos podem ser encontrados desde até o Rio Grande do Sul. (Moura, 1998, p.112).

A principal tese que este projeto pretende discutir é de que o protesto e a resistência negra não seu apenas no século XX com “o pleno desenvolvimento das forças produtivas”, mas que a resistência, o conflito e a negociação operada pelos negros aconteceram em diversos momentos da historia brasileira.

A consideração de que o negro, só terá condições de superar seu estágio de marginalização integrando-se a sociedade capitalista a como afirmou Florestan encontra alguns limites do ponto de vista teórico na medida em que não conseguiu visualizar que os negros não estão à margem do sistema capitalista brasileiro. Mas integrados de forma desigual não somente no mercado de trabalho, mas também no plano das relações políticas e econômicas.

É evidente que tecer considerações sobre uma obra e um autor que escreveu e produziu em um contexto histórico e político diferente do que

pesquisador vive, impõe ao mesmo a necessidade se cercar de certos cuidados do ponto de vista da pesquisa cientifica.

Porém muitas das considerações de Florestan a respeito das condições de possibilidade de superação das desigualdades raciais ainda norteiam o pensamento de uma parcela expressiva da intelectualidade acadêmica principalmente os indivíduos hoje contrários às políticas afirmativas. Por isso a relevância de levantar algumas questões a respeito da produção teórica sobre o tema.

3 – CONCLUSÃO

Este projeto tem objetivo de fazer uma reflexão sobre os limites teóricos e ideológicos da obra A Integração do Negro na Sociedade de Classes de autoria de Florestan Fernandes confrontado-a com a produção teórica posterior à publicação do livro que procurou em certa medida contestar algumas de suas argumentações teóricas.

A produção acadêmica a respeito da problemática negra teve em Florestan e também nos seus discípulos a importância de desmistificar o caráter harmonioso da escravidão no Brasil, assim como também procurou comprovar o caráter ilusório e ideológico do chamado mito da democracia racial que teve na obra de Gilberto Freyre Casa Grande e Senzala a sua fundamentação acadêmica.

Porém algumas das análises teóricas de Florestan mesmo tendo com base a influência do método materialista histórico dialético de Marx, se aproximam em certos aspectos a visões conservadoras e preconceituosas sobre capacidade de negro para o trabalho. Pois considera que o motivo principal motivo da marginalização do negro no mercado trabalho livre é a incapacidade moral e técnica de adaptar ao modo de produção capitalista. Visão que de certa forma fundamentou o discursos das elites agrário-exportadoras nos fins do século XIX sobre a necessidade da importação de trabalhadores brancos europeus considerados mais aptos ao trabalho livre.

Uma outra importante questão teórica de Florestan que foi contestada inclusive por sociólogos do porte como Clovis Moura e Historiadores como Célia Maria Marinho de Azevedo, João José Reis, dentre outros é a tese de domínio quase que absoluto dos senhores no período escravocrata sobre os negros escravizados. Desconsiderando com isso em larga medida a resistência, os conflitos, as acomodações e a negociação no entre negros e brancos cotidiano do sistema escravista.

Para Florestan o principal problema da sociedade brasileira no século XX é o de integrar o negro a sociedade de classes para que então seja possível o pleno desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção capitalistas. E com isso dentre esquema teórico conceitual marxista estariam dadas às condições objetivas para superação da dominação e exploração capitalistas com a formação de uma classe revolucionária capaz de implantar a revolução socialista no país.

A crítica mais importante que se pode fazer a esse pensamento é a ênfase mecanicista com que são analisadas as condições sociais e econômicas do Brasil, já que acredita que existe uma relação direta entre desenvolvimento capitalista e a possibilidade de superação da exploração e dominação de classes gerada pelo próprio sistema.

Assim como também parecer um equivoco acreditar que o negro está à margem do mercado de trabalho capitalista, pois o que se configura é integração de forma desfavorável dentre da estrutura hierárquica da produção capitalista e que tem suas causas na articulação entre dominação de classe e o caráter racista da mesma.

Do ponto de vista teórico em geral a análise de Florestan concebe a historia da trajetória dos negros no Brasil de uma maneira linear, ou seja, estes têm condições de passarem do estado de passividade à condição de sujeitos da historia desde que sejam integrados a sociedade de classes, porém esses equívocos não são privilégios apenas da análise deste pensador na medida em que diversas correntes da sociologia e da historia ora afirmavam o caráter absoluto da dominação escravocrata, ora afirmavam a resistência intransigente dos negros a escravização.

Com relação ao posicionamento teórico deste projeto este busca construir uma análise que dialética da obra de Florestan A Integração do Negro na Sociedade de Classes. Ao mesmo tempo em que irá procurar demonstrar as correntes teóricas que contestaram certos aspectos desta obra e contribuíram para ampliação dos horizontes teóricos desta produção acadêmica sobre a historia do negro fato que possibilitou a eliminação de certos equívocos e abriu novas possibilidades de reflexão teórica sobre o tema.

4 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco:* O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CHALLOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*: Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras,1990.

DOMINGUES, Petrônio José. *Uma Historia não Contada*: Negro, Racismo e Branqueamento em São Paulo no Pós-Abolição. São Paulo: Senac, 2004.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, Florestan. *O Mito Revelado*. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, Ano III, Número 26, julho de 2003. Disponível em: www.espaçoacademico.com. br/026/26hbrasil.htm. Acesso em: 20 de fevereiro de 2009.

GORENDER, Jacob. *Escravismo Colonial*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

KOWARICK, Lúcio. *A Origem do Trabalho Livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense,1987.

MATTOSO, Kátia Queiros de. *Ser Escravo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

REIS, João José; Silva, Eduardo. *Negociação e Conflito*: A Resistência Negra no Brasil Escravista. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.